



Tribunal de Contas
Mato Grosso

GABINETE DE CONSELHEIRO

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefones: (65) 3613-7575 / 7677 / 7672

E-mail: gab.sergio@tce.mt.gov.br

PROCESSO Nº	:	10.016-1/2020
ASSUNTO	:	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
PRINCIPAL	:	PREFEITURA DE ROSÁRIO OESTE-MT
RECORRENTE	:	JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO – ex-Prefeito
ADVOGADOS	:	SEONIR ANTÔNIO JORGE – OAB/MT nº 23.002 LEANDRO BORGES DE SOUZA SÁ – OAB/MT nº 20.901
RELATOR	:	CONSELHEIRO SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA

JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

1. Trata-se de recurso de Embargos de Declaração, interposto pelo Sr. João Antônio da Silva Balbino, ex-Prefeito, contra o Acórdão nº 369/2022, que julgou parcialmente procedente o Pedido de Revisão interposto em face do Parecer Prévio nº 32/2022-TP.

2. Em consonância com o procedimento descrito no art. 96, IV, do Regimento Interno do TCE/MT, vieram-me os autos para juízo de admissibilidade dos Embargos de Declaração.

3. Constatado que para haver o recebimento do recurso, o recorrente deve preencher todos os requisitos dispostos no art. 351 do Regimento Interno, a saber:

Art. 351. O Relator ou o Presidente farão o juízo de admissibilidade do recurso, cuja petição deverá observar os seguintes requisitos:

I – interposição por escrito;

II – apresentação dentro do prazo;

III – qualificação indispensável à identificação do recorrente, se não constar no processo original;

IV – assinatura por quem tenha legitimidade para fazê-lo;





Tribunal de Contas
Mato Grosso

GABINETE DE CONSELHEIRO

Conselheiro Sérgio Ricardo

Telefones: (65) 3613-7575 / 7677 / 7672

E-mail: gab.sergio@tce.mt.gov.br

V – apresentação do pedido com clareza, inclusive, se for o caso, com a indicação da norma violada pela decisão ou acórdão recorrido e comprovação documental dos fatos alegados.

4. Analisando a peça recursal (Doc. Digital nº 272676/2022), verifico que houve o cumprimento de todos os pressupostos regimentais. Posto isso, ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade, profiro juízo prévio positivo e conheço dos presentes Embargos de Declaração.

5. Remetam-se os presentes autos à Secretaria de Controle Externo de Recursos para análise e providências.

6. Após, retornem-me os autos.

Cuiabá-MT, em 07 de dezembro de 2022.

(assinatura digital)¹

Conselheiro **SÉRGIO RICARDO DE ALMEIDA**
Relator

¹Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

